

ÍNDICE

EDITORIAL	5
-----------------	---

O BALANÇO DA CPLP: COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O FUTURO DA LUSOFONIA Miguel Real.....	8
PORTUGAL Maria Luísa de Castro Soares.....	10
ANGOLA Carlos Mariano Manuel.....	18
MOÇAMBIQUE Delmar Maia Gonçalves.....	21
CABO VERDE Elter Manuel Carlos.....	23
TIMOR Ivónia Nahak Borges.....	24
MACAU Jorge A. H. Rangel.....	26
MALACA Luísa Timóteo.....	31
GUINÉ Manuel Pechirra.....	32
GALIZA Maria Dovigo.....	34
BRASIL Paulo Pereira.....	37
GOA Virgínia Brás Gomes.....	41
BALANÇO DO IV CONGRESSO DA CIDADANIA LUSÓFONA Renato Epifânio.....	44
D. DUARTE DE BRAGANÇA, PRÉMIO MIL PERSONALIDADE LUSÓFONA Mendo Castro Henriques.....	45

SOBRE AFONSO DE ALBUQUERQUE

PORQUÊ RECORDAR AFONSO DE ALBUQUERQUE? Renato Epifânio.....	48
AFONSO DE ALBUQUERQUE, PROFETA ARMADO, E A SOMBRA DE MAQUIAVEL Mendo Castro Henriques.....	49
AFONSO DE ALBUQUERQUE, DA REALIDADE À FICÇÃO: A MATÉRIA DE QUE SÃO FEITOS OS MITOS Deana Barroqueiro.....	58
A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA DE VANGUARDA NO GOLFO PÉRSICO João Campos.....	60
ASPECTOS MILITARES DA PRESENÇA PORTUGUESA NO ÍNDICO NO SÉCULO XVI Luís Paulo Correia Sodrê de Albuquerque.....	74
BRÁS DE ALBUQUERQUE E OS <i>COMMENTARIOS</i> <i>DE AFONSO DALBOQUERQUE</i> (LISBOA, 1557) Rui Manuel Loureiro.....	79
<i>AFONSO DE ALBUQUERQUE: CORTE, CRUZADA E IMPÉRIO</i> José Almeida.....	89

OUTRAS EVO(O)CAÇÕES

AFONSO BOTELHO Pinharanda Gomes.....	92
AGOSTINHO DA SILVA Pedro Martins.....	97
ANTÓNIO VIEIRA Nuno Sotto Mayor Ferrão.....	103
AURÉLIA DE SOUSA Joaquim Domingues.....	111
CAMÕES Abel de Lacerda Botelho.....	113
FARIA DE VASCONCELOS Manuel Ferreira Patrício.....	119
FIALHO DE ALMEIDA José Lança-Coelho.....	125
FIDELINO DE FIGUEIREDO Mário Carneiro.....	127
LEONARDO COIMBRA João Ferreira.....	133
MÁRIO SOARES Renato Epifânio.....	139
PESSOA E RODRIGO EMÍLIO José Almeida.....	140
PIER PAOLO PASOLINI Brunello Natale De Cusatis.....	146

PINHARANDA GOMES Carlos Aurélio	151
SAMUEL SCHWARZ Sandra Fontinha	157
SANTA-RITA PINTOR José-Augusto França	168
VERGÍLIO FERREIRA António Braz Teixeira	177

OUTROS VOOS

A UNIVERSALIDADE DA IGREJA E A VIVÊNCIA DO MULTICULTURALISMO Adriano Moreira	184
CONFEDERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA: UMA UTOPIA NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX (1902-1923) Ernesto Castro Leal	187
CAMINHOS PARA UMA PEDAGOGIA SOCIAL OU PARA UMA TRANSDISCIPLINARIDADE DIALÓGICA Joaquim Pinto	196
O QUE SÃO AS FILOSOFIAS NACIONAIS? Luís de Barreiros Tavares	206
A HETERONÍMIA COMO ETOPEIA Mariella Augusta Pereira	214
ESCOTÓPICA VISÃO – DA ESSÊNCIA DA POESIA Pedro Vistas	223
AUTOBIOGRAFIA 2 Samuel Dimas	232
O PENSAMENTO E A MÚSICA DE MARIANO DEIDDA António José Borges	241

EXTRAVOO

VIDA CONVERSÁVEL – SEGUNDA PARTE (CONTINUAÇÃO) Agostinho da Silva	246
NOVE APONTAMENTOS INÉDITOS António Telmo	251
NO HARÉM Fidelino de Figueiredo (com um ensaio de Fabrizio Boscaglia)	254

BIBLIÁGUIO

A «ESCOLA DE SÃO PAULO» Constança Marcondes César	266
JOSÉ ENES: PENSAMENTO E OBRA Manuel Ferreira Patrício	268
OLHARES LUSO-BRASILEIROS & POLÍTICA BRASÍLICA José Almeida	270
O COLAR DE SINTRA Luísa Barahona Possollo	272
OBRAS PUBLICADAS EM 2016 Renato Epifânio	277

POEMÁGUIO

FALA DE AFONSO DE ALBUQUERQUE AO SAIR DE MALACA José Valle de Figueiredo	90
O QUE NÃO FIZ NA VIDA André Sophia	90
MANIFESTO LUSÓFONO 1 Cristina Ohana	91
LER O AR António José Borges	205
O FRESCOR DA MANHÃ Manoel Tavares Rodrigues-Leal	240
VER, DE VERGÍLIO FERREIRA Renato Epifânio	240
INSCRIÇÃO Jesus Carlos	245
LUSO-ASCENDENTE Maurícia Teles da Silva	264
O FUMADOR Jaime Otelo	265
TINTA PERMANENTE Maria Luísa Francisco	265
ABANDONO Maria Leonor Xavier	279
DE MECA A JERUSALÉM Daniel Miranda	279

MEMORIÁGUIO	280
-------------------	-----

MAPIÁGUIO	281
-----------------	-----

ASSINATURAS	281
-------------------	-----

COLECÇÃO NOVA ÁGUIA	284
---------------------------	-----

O FUTURO DA LUSOFONIA

Miguel Real

No século XXI nasceu uma nova teoria da cultura portuguesa derivada da queda do Império e da proposta do estabelecimento de um possível vínculo histórico com as ex-colónias, operando uma continuidade de cultural sob e sobre a descontinuidade política. Trata-se da teoria da Lusofonia, cada vez mais defendida por diversas organizações institucionais da sociedade portuguesa e já provida de uma longa bibliografia de natureza positiva depois de, nos idos de 80, ter sido acusada de neo-colonialista¹.

Na sua defesa entusiasmada destaca-se Renato Epifânio, criador e presidente do MIL: Movimento Internacional Lusófono. Intenta Renato Epifânio a criação de uma nova forma de organização política entre os membros da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma organização solidária e exemplar, fundada na absoluta igualdade institucional, a partilha de recursos e actividades entre todos, tentando superar a divisão entre membros ricos e pobres, uma diplomacia comum baseada na justiça e na paz, encontros contínuos sobre economia, literatura, educação, urbanismo, num espírito de concórdia, sem ressentimentos, criando uma zona territorial geográfica descontínua mas de união fraterna².

A Lusofonia corresponderia a um campo geográfico-histórico e cultural abrangido por todas as nações, países, povos e comunidades falantes da língua portuguesa, de um dialecto desta directamente derivado, caso de Malaca, bem

como da Galiza como comunidade de origem primeira da língua. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) corresponde a uma instituição eminentemente política organizada em torno de oito países pertencentes a esta mais vasta comunidade. Neste sentido, mais difícil é falar do futuro da CPLP, dependente da vontade política fortemente instável e imprevisível dos países a ela agregados, do que da Lusofonia, anseio histórico inscrito nos genes sociais e culturais daqueles povos.

Com efeito, desde a queda do Império em 1975, a desconfiança e o ressentimento entre as classes políticas dirigentes dos diversos países e comunidades de língua portuguesa têm travado a realização prática da Lusofonia. Dito de outro modo, não a História com maiúscula, essa toda favorece a Lusofonia, mas a história com minúscula, isto é, o jogo político conjuntural, tem de facto frustrado o anseio de Lusofonia. De facto, consultando a bibliografia sobre este tema, tudo já foi dito. Só falta fazer a Lusofonia.

Neste sentido, a Lusofonia não corresponde nem a uma ilusão cultural, criada politicamente de um modo artificial, nem a interesses nacionais ou políticos conjunturais. Diferentemente, a Lusofonia corresponde a um genuíno programa civilizacional de fundo, unindo num vínculo único povos que a História fez encontrar e desencontrar.

A História constitui o invólucro por que a língua e o seu espírito se materializam no tempo, gerando progressivamente uma memória comum e um desejo comum – a memória dos encontros/desencontros entre os povos constituintes da lusofonia e o anseio, ora visível, expresso em retórica e eloquência, ora virtual, carregado de uma explosão de potencialidades futurantes, seja do ponto de vista económico, seja do ponto de vista cultural.

¹ Cf. Vítor Oliveira de Sousa, *Da Portugalidade à Lusofonia*, Universidade do Minho, 2015, texto policopiado.

² Cf. *Convergência Lusófona*, 2016 (3ª edição), bem como os dois volumes de Renato Epifânio, *A Via Lusófona. Um Novo Horizonte para Portugal*, I – 2010 e II – 2015 (ambos os volumes publicados na Zéfiro, na Colecção NOVA ÁGUIA).

Neste sentido, a história política do processo e resultado da epopeia conjunta (positiva e negativa) de cerca de meio milénio de anos, dominada, indubitavelmente, até ao actual período, pela potência colonial europeia (Portugal), com excepção dos últimos duzentos anos para o Brasil, não deve ser esquecida. Porventura comandará ela o que Eduardo Lourenço designa, muito correctamente, como “política do ressentimento” por parte dos Estados e povos colonizados por Portugal até 1975, que ora legitimamente desconfiam do afã lusófono³.

Assim, assentar a Lusofonia no passado de uma história conjunta significa, não raro, elevar esta a um jogo de melindres e interesses conjunturais onde, mais do que o futuro por construir, se joga a recriminação do Outro como peça saliente. Neste sentido, é absolutamente necessário substituir o debate sobre a História conjunta pelo espírito unificador e englobalizador da Língua como vínculo substancial comum, criador de uma razão comum, assente num desejo de partilha de unidade comum e no anseio de criação de um futuro o mais comum possível, como irmãos de uma mesma causa e habitantes de uma mesma casa.

É assim fundamental substituir, neste momento, o espírito da história política, divisório e até incriminatório, pelo espírito da Língua, unificador e comunitarizador.

O espírito da Lusofonia reside hoje na língua comum – e, porque a língua frutifica em cultura, o espírito da Lusofonia é hoje eminentemente cultural. O que significa ser o espírito da Lusofonia eminentemente cultural? Significa que, com base no passado e na unidade de uma imensa variedade de pulsões históricas, a Lusofonia se propõe criar *um novo rosto cultural* no mundo. Se a Lusofonia se restar num patamar de regulação de interesses económicos ou de concertação conjuntural, período a período, de interesses políticos e militares, pouco valerá a pena. Ter-se-á tornado mais uma comunidade internacional entre tantas outras existentes, perfeitamente substituíveis por tratados bilaterais entre Estados.

Se a Lusofonia, ainda, se restar aninhada numa visão estritamente política, criando no seu

interior grupos de países contra outros grupos de países, pouco valerá a pena a sua edificação. A Lusofonia não pode repetir a história, renovando os vícios dos diferentes desencontros históricos havidos séculos passados.

A Lusofonia não pode ser um Mercosul intercontinental, muito menos uma Comunidade Europeia geograficamente mais extensa.

A Lusofonia não pode ser, igualmente, uma ONU neutra em ponto pequeno, sujeita às flutuações dos interesses dos Estados membros e aos vetos dos países mais ricos ou demograficamente mais poderosos.

Todas estas instituições internacionais são internacionalmente válidas e historicamente legítimas, mas da Lusofonia deve-se esperar mais, exemplarmente mais.

A Lusofonia deve criar uma *paisagem política nova*. Não *forum* de aliança de interesses contra outros interesses, nem plataforma de serviço para povos extra-europeus acederem a benefícios europeus. Para esse fim existem tratados multilaterais, que podem e devem continuar a ser assinados entre os membros da Lusofonia.

Tal como historicamente a Língua Portuguesa foi exemplar no modo de plasmação cultural com os novos povos, replicando a sua gramática racional e o seu espírito civilizacional, desdobrando-se e descentralizando-se na criação de novas culturas regionais, assim a Lusofonia deve ser original no seu modo de implantação entre todos os povos e comunidades falantes da língua. Ou a Lusofonia assim procede ou, perdoe-se a expressão, porventura excessivamente brutal, a Lusofonia não terá outro futuro que a repetição do passado, porventura animada hoje de um excedente de boa vontade [cf. artigo importantíssimo sobre este tema, de Maria Manuel Baptista, “A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de «perder o medo à realidade e aos mosquitos»”⁴.

A Lusofonia estatuir-se-ia, assim, do ponto de vista cultural, como a realização plena da história de Portugal por via da adopção da língua portuguesa como língua oficial e principal de todas as ex-colónias. Mais do que o Império, e este por necessidade histórica, seria o pós-império

³ *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Minagem da Lusofonia*, 1999.

⁴ *Comunicação e Lusofonia. Para um abordagem crítica da cultura e dos média*, editores: Moisés Lemos Martins, Helena Sousa, Rosa Cabecinha 2006, pp. 23-44.

lusófono que justificaria e realizaria historicamente a existência de Portugal fazendo caldear a língua portuguesa com a ostentação de valores telúricos e mágicos tropicais, além da reafirmação da existência de uma nova dobra linguística no horizonte da literatura portuguesa, nunca assim trabalhada esteticamente, criando ou descobrindo palavras novas a partir dos usos linguísticos da crioulação, ostentando uma sintaxe nova exigida pelo cruzamento entre um léxico popular africano, oriental ou sul-americano e outro abstracto europeu.

Com efeito, no pós-império, a língua portuguesa foi engravidada pelas raízes da cultura popular dos novos países da CPLP, e ambas, fundidas, produziram uma obra estética que, de certo modo, não só faz parte integrante da fundação da nova literatura de cada um destes países, nesta fase heróica dos seus começos históricos, como revolucionou o horizonte da literatura de língua portuguesa, numa sua novíssima versão – a lusófona, uma espécie de milagre linguístico, o do choque frontal entre as estruturas latinas da gramática do Português e os impulsos do linguajar comum dos novos países, reflexo de outros costumes e outras tradições, assentes numa criatividade linguística desafiadora das clássicas regras de bem escrever à europeia.

Nas obras dos seus escritores e na utilização descomplexada e livre da arte de bem aplicar a gramática, nasce uma nova representação estética destes povos, efeito da apropriação de uma antiga língua por países novos. A defesa da afirmação cultural da Lusofonia significa constituir uma altíssima honra histórica que seja ainda a “velha” língua portuguesa, renascida com outra face, a servir de mediação entre a nova cultura africana (sobretudo africana) e a sua representação literária e estética.

Deste modo, a actual vocação europeia de Portugal seria harmónica com a actual vocação lusófona de Portugal, os dois grandes desígnios e caminhos da cultura portuguesa pós-império. Pela Europa, globalizamo-nos, assumindo vertentes universais da actual cultura europeia, e participamos, à medida da nossa dimensão, das decisões políticas e culturais mundiais, actualizando permanentemente a nossa literatura, a nossa ciência, a nossa arte..., segundo as actuais tendências mundiais. Pela Lusofonia, estabelecemos uma continuidade civilizacional com o passado da história de Portugal, realizando-a plenamente pela transplantação da nossa língua para outros ambientes geográficos e culturais, fazendo-a renascer para além do berço europeu.

UM BALANÇO DA CPLP: PORTUGAL

Maria Luísa de Castro Soares

Fazer um balanço da CPLP (*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*) vinte anos após a sua criação implica uma reflexão sobre os feitos e objetivos da organização, uma discussão em torno da língua portuguesa, que se defende, e um apontamento sobre o acordo ortográfico, que visa uma “convergência lusófona”¹. Neste ensaio, são ainda objeto de

abordagem acontecimentos atuais relativos a esta organização, designadamente, a situação da pena de morte na Guiné Equatorial, a aprovação da proposta para que o português seja uma língua oficial da ONU e a livre circulação dos cidadãos dentro do espaço lusófono.

A *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) é uma organização internacional,

¹ Utiliza-se aqui, em outro contexto, a expressão de Renato Epifânio, que é título de uma obra da sua coordenação, em que se reflecte sobre os quatro anos de existência do MIL (Movimento Internacio-

nal Lusófono). Cf. Epifânio, Renato (2014): *Convergência lusófona*. Sintra: Edições Zéfiro (2016, 3ª edição, revista e aumentada).